



ABORDAGEM PEDAGÓGICA NO ENSINO DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO DE CASO

Josivaldo Barbosa da Silva (UNICAP)¹

Rossana Regina Guimarães Henz (UNICAP)²

RESUMO: Este artigo tem o propósito de analisar a forma como duas educadoras do município do Recife (PE), que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, compreendem os conceitos de alfabetização e letramento. Para tanto, segue-se uma metodologia de abordagem qualitativa. Do ponto de vista operacional, para coletar os dados, pode-se afirmar que este artigo se serviu do estudo de caso, a partir do qual fez-se a entrevista a estas duas educadoras. Os dados foram tratados à luz da análise de conteúdo de Bardin (2016). Pode-se afirmar que entre os resultados, há uma necessidade docente de terem uma melhor compreensão dos conceitos de alfabetização e letramento, tampouco de definir o método pelo qual alfabetizam os educandos. Apesar dos seus esforços louváveis e do trabalho que realizam não têm a habilidade de refletir acerca das próprias práticas pedagógicas relacionadas a alfabetização e ao letramento.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Pedagógicas. Alfabetização. Letramento. Construtivismo.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a alfabetização e o letramento são pilares fundamentais da educação nos anos iniciais do ensino fundamental. Esses processos são essenciais para capacitar os alunos a compreenderem e se comunicarem efetivamente por meio da linguagem escrita. (Silva; Costa, 2016).

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

No entanto, a abordagem pedagógica adotada para ensinar essas habilidades é crucial para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver plenamente suas capacidades linguísticas. Neste artigo, busca-se, por meio da apresentação de um estudo de caso, explorar a importância da abordagem pedagógica no ensino da alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental, isto é, da capacidade do docente em refletir acerca de suas práticas pedagógicas.

Os anos iniciais do ensino fundamental, prosseguem Silva e Costa (2016), representam uma fase crítica no desenvolvimento educacional das crianças. É nesse período que são estabelecidas as bases para a aprendizagem ao longo da vida, incluindo as habilidades fundamentais de leitura e escrita.

Para tanto, os conceitos de alfabetização e letramento são essenciais. Todavia, como indicam os mesmos autores, baseados em Ferreiro e Teberosky (2007):

os conceitos de letramento e alfabetização se mesclam e se confundem e, a epistemologia gerada na discussão entre ambos envolve concepções equivocadas que provocam conclusões diversas entre os dois processos (Silva; Costa, 2016, s. p.).

A questão da aquisição das habilidades da leitura e da escrita é tão complexa que, escreve Ferreiro (2001, p. 20):

No processo cognitivo de desenvolvimento da leitura e escrita, ocorre a construção ativa de princípios organizadores que não se limitam apenas à experiência externa, mas muitas vezes vão de encontro a ela. Esses princípios não só são contrários ao ensino escolar sistemático, mas também às informações não sistematizadas.

Pode-se dizer, de maneira geral, que a alfabetização se refere à capacidade de decodificar e codificar símbolos escritos, enquanto o letramento vai além, envolvendo a compreensão e o uso efetivo da linguagem escrita em diferentes contextos (Santos *et al.*, 2023).

Os mesmos autores indicam que uma abordagem pedagógica eficaz nessa fase é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso equitativo a uma educação de qualidade e desenvolvam habilidades sólidas de leitura e escrita.

De acordo com Soares (2022), uma abordagem pedagógica centrada no aluno é fundamental para promover o engajamento e o sucesso na alfabetização e letramento. Isso envolve reconhecer e responder às necessidades individuais dos alunos, adaptando as estratégias de ensino para atender às suas capacidades e estilos de aprendizagem únicos.

Além disso, prossegue a autora (Soares, 2022), é importante criar um ambiente de aprendizagem inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados e apoiados em sua jornada de desenvolvimento linguístico. Isso pode incluir o uso de materiais didáticos diversificados e a incorporação de atividades práticas e interativas para tornar a aprendizagem mais significativa e envolvente.

Pode-se trazer, também, a contribuição de Paulo Freire acerca do processo de alfabetização e de letramento, quando este advoga que uma abordagem pedagógica eficaz enfatiza a importância da contextualização e da conexão com a vida cotidiana dos alunos (Brandão, 2014).

Isso significa que os conceitos e habilidades linguísticas são apresentados de forma relevante e aplicável ao mundo real, ajudando os alunos a entenderem a importância prática da alfabetização em suas vidas diárias. Além disso, uma abordagem interdisciplinar pode enriquecer o processo de aprendizagem, integrando a linguagem escrita em outras áreas do currículo, como ciências, matemática e estudos sociais (Brandão, 2014).

Esta questão, no entanto, da interdisciplinaridade, em relação com a alfabetização e o letramento, já se abordou de forma mais profunda na dissertação de mestrado produzida pelo presente pesquisador (Silva, 2023).

Feitas estas considerações iniciais, é correto afirmar que se busca, nesta comunicação analisar, por meio de um estudo de caso, a forma como duas educadoras do município do Recife (PE), que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, compreendem os conceitos de alfabetização e letramento.

No que diz respeito à estrutura deste artigo, afirma-se que, em um primeiro momento, no referencial teórico, faz-se uma apresentação generalizada acerca dos anos iniciais no Brasil; posteriormente, no mesmo referencial, destaca-se os conceitos de alfabetização e de letramento em uma perspectiva construtivista. A seguir, na metodologia, delinea-se de que forma se obtiveram os dados que informam esta pesquisa. Por fim, faz-se a discussão dos mesmos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS ANOS INICIAIS

Os anos iniciais, tal qual se conhece hoje em dia, passaram a delinear-se apenas nos séculos XVIII e XIX, quando surgiram os primeiros cuidados especializados para crianças de 0 a 6 anos (Santos *et al.*, 2023).

Isto porque, de acordo com Ariès (2022), a partir do século XVIII, a criança passa a ser destacada do restante da sociedade, vista como uma categoria em particular, com características próprias e anseios peculiares. Os adultos, então, criaram roupas específicas para as crianças, com o propósito de diferenciá-las dos demais grupos sociais e reorganizaram toda a família ao redor das expectativas com respeito ao futuro desta criança.

Logo, “passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (ARIÈS, 2022, p. 277). Assim, pode-se dizer que neste ponto, a partir da Revolução Francesa e da consequente *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, houve uma transformação na forma como se via a criança.

Ainda conforme Santos *et al.* (2023), com o advento da Revolução Industrial, houve uma demanda crescente por instituições que cuidassem das crianças enquanto os pais trabalhavam nas fábricas. Esse contexto histórico evidencia a necessidade social de oferecer cuidados e educação para as crianças desde os primeiros anos de vida, o que culminou na criação das primeiras instituições de Educação Infantil na Europa e nos Estados Unidos.

A partir desse contexto, ainda conforme os mesmos autores, percebeu-se a importância da Educação Infantil como um espaço de cuidado e desenvolvimento integral da criança, englobando aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Essa visão ampla da educação infantil se reflete nos marcos legais que foram estabelecidos ao longo do tempo, como, no caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Infância e Adolescência (ECA) de 1990, que reconheceram a criança como sujeito de direitos e estabeleceram a obrigatoriedade da educação básica a partir dos 4 anos de idade.

Além disso, as políticas públicas voltadas para a primeira infância passaram a evoluir no país, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2010), que estabelecem normas para o atendimento educacional e o desenvolvimento de políticas específicas para os Anos Iniciais.

Diante disso, é possível observar, com Santos *et al.* (2023), que os Anos Iniciais representam um direito fundamental da criança e uma etapa crucial para seu desenvolvimento. Através dos marcos legais e das políticas públicas, busca-se garantir o acesso universal e a qualidade da educação desde os primeiros anos de vida, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2 O CONSTRUTIVISMO E A ALFABETIZAÇÃO

Quando se trata do construtivismo e sua relação com a linguagem, a alfabetização e letramento, deve-se ter em conta que autores como Vygotsky (1998) enfatizam a importância das relações sociais na aquisição da linguagem, introduzindo, por exemplo, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que representa a distância entre o nível de desenvolvimento real e o potencial de uma pessoa, podendo ser alcançado com a orientação de indivíduos mais experientes ou maturidade.

Isso ressalta a relevância da interação na expansão das habilidades linguísticas e cognitivas dos sujeitos (Silveira, 2006).

Para Vygotsky (1998), o desenvolvimento da linguagem ocorre em estágios, partindo da fala pré-intelectual até a internalização das operações mentais. Ele destaca a importância da interação social nesse processo, evidenciando que a linguagem surge inicialmente da interação com os outros e posteriormente se internaliza no indivíduo. Essa internalização promove o desenvolvimento do pensamento e da linguagem de forma conjunta.

A linguagem, para o pensador bielorrusso, desempenha duas funções fundamentais: a comunicação entre os sujeitos e a organização do pensamento. Ela permite a categorização dos objetos e a generalização da experiência, facilitando processos de abstração e reflexão. Assim, a linguagem não apenas comunica, mas também estrutura o pensamento e a compreensão do mundo.

O processo de aquisição da linguagem, conforme Vygotsky (1998), envolve uma progressão da parte para o todo no aspecto físico da linguagem, partindo da articulação de fonemas simples até a construção de frases complexas. Por outro lado, no aspecto semântico, ocorre uma progressão do todo para a parte, onde a criança atribui significado à linguagem a partir de contextos mais amplos.

No contexto da alfabetização, afirma Mello (2006), o construtivismo destaca a importância da interação entre educador e educando, bem como entre os próprios alunos, na construção do conhecimento. O papel do professor é mediar essa aprendizagem, fornecendo suporte e orientação, promovendo atividades que estimulem a reflexão e a troca de ideias.

Além disso, afirma o mesmo autor (Mello, 2006), o construtivismo ressalta a influência do contexto social e cultural na alfabetização. As experiências e vivências das crianças em seu ambiente familiar e comunitário são cruciais para compreender o processo de leitura e escrita. Dessa forma, é fundamental considerar a diversidade cultural e linguística dos alunos, valorizando suas diferentes formas de expressão e incorporando-as no processo educacional.

Tanto é assim que autores como Moreto (2011), afirmam que o construtivismo enfoca a alfabetização como um processo de construção, no qual a criança desenvolve esquemas conceituais próprios que são testados e refletidos no nível das operações mentais. A alfabetização, portanto, não se restringe ao ambiente escolar, mas começa antes mesmo de a criança ingressar na escola primária e continua nos anos posteriores.

Ferreiro (2003) afirma que aprender a ler envolve o desenvolvimento de estratégias para atribuir sentido ao texto, o que só é possível se os textos apresentados forem significativos e interessantes para os leitores. Nesse sentido, o professor construtivista deve estimular a leitura desde os estágios iniciais, adaptando o material de leitura à realidade dos alunos e promovendo um ambiente propício para o desenvolvimento da imaginação e da oralidade.

O processo de alfabetização, segundo Ferreiro (2003), passa por diferentes estágios, desde o pré-silábico até o alfabético, nos quais a criança desenvolve gradualmente a compreensão das relações entre sons e letras e as convenções ortográficas. Cada estágio é caracterizado por formas de concepção

próprias, que refletem a interpretação individual da criança sobre a linguagem escrita.

No contexto da sala de aula, as atividades de alfabetização, afirma Moreto (2011), devem proporcionar um ambiente de interação social em torno da leitura e da escrita, além de promover a internalização dessas práticas por meio de atividades intrapessoais ou metacognitivas. O professor, portanto, desempenha um papel fundamental na mediação desse processo, fornecendo suporte e orientação para que os alunos construam seu conhecimento de forma significativa.

O construtivismo, pode-se dizer com Ferreiro (2003), contrasta com as abordagens tradicionais de ensino de leitura e escrita, que se baseiam no ensino de sinais ortográficos e na identificação de letras e palavras de forma isolada. Essas abordagens não consideram o processo de leitura em sua complexidade e não levam em conta a compreensão do desenvolvimento da linguagem e da aprendizagem.

Aqui se está mais próximo, então, do letramento propriamente, que se ocupa do ensino da leitura e da escrita também por estratégias que envolvem gêneros textuais, o contexto do educando, entre outras. Ver-se-á adiante as diferenças entre os conceitos de alfabetização e letramento.

2.3 OS CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E DE LETRAMENTO

Conforme Silva e Costa (2016), alfabetização e letramento são conceitos interligados, porém distintos, que desempenham papéis fundamentais na formação educacional e social dos indivíduos.

A alfabetização, conforme definido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2013), é uma etapa essencial dos primeiros anos do Ensino Fundamental, focada na aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita. É o momento em que as crianças aprendem a decodificar sílabas, palavras e textos, tornando-se aptas a compreender e produzir textos escritos. Esse processo é essencial para o desenvolvimento posterior do indivíduo como leitor e escritor competente.

Por outro lado, o letramento, conforme Soares (2013), não se restringe apenas à capacidade de decodificar textos escritos, mas engloba a compreen-

são e o uso efetivo da linguagem escrita em diferentes contextos sociais. Conforme destacado pela mesma autora, o letramento envolve uma série de habilidades e comportamentos, desde a capacidade de ler e escrever para diferentes finalidades até a interpretação e produção de diversos gêneros textuais.

A diferenciação entre alfabetização e letramento reside no foco de cada um. Enquanto a alfabetização concentra-se na aquisição das habilidades básicas de leitura e escrita, o letramento diz respeito à aplicação dessas habilidades em situações reais de comunicação e interação social. Assim, ser alfabetizado significa ter as habilidades técnicas de leitura e escrita, enquanto ser letrado implica em ser capaz de compreender e utilizar a linguagem escrita de forma eficaz em diferentes contextos (Soares, 2013).

Na sociedade contemporânea, ser alfabetizado não é mais suficiente para atender às demandas sociais e profissionais. Ser letrado torna-se essencial, pois implica não apenas na capacidade de ler e escrever, mas também na compreensão dos significados e usos das palavras em diferentes situações. Como ressalta Lerner (2008), no início do processo de leitura e escrita, as crianças muitas vezes não compreendem a natureza da linguagem escrita, percebendo-a inicialmente como uma forma de desenhar as coisas.

Assim, a integração entre alfabetização e letramento é essencial para uma educação eficaz, que prepare os indivíduos não apenas para decodificar textos, mas também para compreender e utilizar a linguagem escrita de forma significativa em suas vidas pessoais, acadêmicas e profissionais (Soares, 2013)

É por meio desse processo integrado que os alunos se tornam verdadeiramente competentes na leitura e escrita, capazes de enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais complexa e globalizada.

3. METODOLOGIA

Cabe, então, que se destaque qual é a metodologia de que se serviu para a produção deste artigo.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa.

Conforme Alves e Aquino (2012), a pesquisa qualitativa é uma modalidade de investigação que busca compreender e interpretar os fenômenos sociais a partir da ótica dos participantes. Em contraposição à pesquisa quantitativa, que

se concentra na coleta e análise de dados numéricos, a pesquisa qualitativa se dedica a explorar e compreender os significados e os contextos sociais dos fenômenos estudados.

Nesse tipo de abordagem, segundo os mesmos autores (Alves; Aquino, 2012), o pesquisador não busca apenas obter respostas diretas, mas sim entender a complexidade das relações sociais e a construção de significados. Para isso, ele emprega diversas técnicas de coleta de dados, como entrevistas em profundidade, observação participante e análise de documentos.

Além disso, do ponto de vista operacional, este artigo serviu-se do estudo de caso.

Conforme Lüdke e André (2013), o estudo de caso representa uma abordagem de pesquisa direcionada à investigação detalhada e profunda de um fenômeno em seu contexto real. O propósito é alcançar uma compreensão abrangente das particularidades do caso em questão, explorando suas características, dinâmicas e processos para descrevê-los e interpretá-los adequadamente.

Nessa modalidade de pesquisa, conforme descrito pelos autores (Lüdke; André, 2013), o pesquisador procura obter dados de diversas fontes, como entrevistas, que é o caso deste trabalho.

Para a realização deste trabalho, foram entrevistadas duas professoras da rede pública municipal do Recife (PE), no ano de 2023, que trabalham com alfabetização nas séries iniciais.

Decidiu-se por educadoras de escolas diferentes, com o propósito de diversificar as informações obtidas e o discurso produzidas por ambas. Pretendeu-se, assim, evitar que o discurso de uma influenciasse o de outra. Assim, as educadoras são estas:

QUADRO 1 – Perfil das educadoras entrevistadas

ENTREVISTADO	TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO EM ANOS	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO

Professora A	27 anos	Pedagogia e Letras	Arteterapia
Professora B	27 anos	Pedagogia	Recursos Humanos para a Educação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Então, fez-se algumas questões de partida, entre as quais estão:

- a. **Como você ensina as crianças a lerem e a escreverem?**
- b. **Qual é o método que você emprega para ensinar as crianças a lerem e a escreverem?**

A partir destas questões, as entrevistadas produziram narrativas nas quais procuravam descrever sua prática pedagógica.

Para analisar os dados produzidos, empregou-se, nesta pesquisa, a análise de conteúdo de Bardin (2016).

4. DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise da primeira entrevista revela que a educadora A apresenta dificuldade para expressar a sistematização dos conceitos utilizados para promover a alfabetização ou o letramento dos educandos. Em suas respostas, ela demonstra uma falta de embasamento teórico consistente e uma abordagem empírica desarticulada de práticas educacionais consolidadas.

Inicialmente, a entrevistada admite não ter um método único, justificando sua prática com base na ideia de que cada aluno aprende de maneira diferente. Essa abordagem, embora possa refletir uma percepção empírica da aprendizagem, também revela uma falta de relação com o conhecimento teórico sobre alfabetização. Sua descrição do processo como "método mistureba", embora reflita uma tentativa de adaptar-se às necessidades individuais dos alunos, carece de uma fundamentação teórica sólida:

Hoje em dia, eu digo o seguinte, que eu não tenho um método. Não tenho um método único, sabe. Vamos supor: tradicional ou Piaget ou Montessori. Assim; não tenho um método único. Pelo simples fato que cada aluno aprende de um jeito, sabe? Então, eu vou mesclando um método tradicional, sabe? Eu também utilizo na sala inteira e depois eu verifico, né? Porque, às vezes, tem aluno que você fala: ba – be – bi – bo – bu, ele entende. Tem aquele que precisa além disso, né? Ele precisa de um material ali, em mãos, às vezes, ele precisa de uns jogos. Ele precisa de uma música. Ele precisa vivenciar. Às vezes, ele precisa além daquilo, né? Então quer dizer, aí eu preciso cada dia também fazer isso, né? Em outros momentos eu vou interagir com os alunos, conversando e trabalhando hoje em dia a oralidade. Porque é muito importante assim, porque nesse momento eles vão se expressando. Nisso, eu vou percebendo a leitura até problemas na fala, né? (Entrevistada A).

Além disso, ao discutir seu trabalho com a escrita dos alunos, a educadora mostra uma compreensão superficial dos processos de desenvolvimento da escrita. Embora mencione termos como “silábico” e “alfabético”, sua apropriação desses conceitos parece ser isolada e descontextualizada, revelando uma falta de familiaridade com as teorias educacionais relevantes.

Quanto a estes métodos, de acordo com Grossi (2002), pode-se dizer que o primeiro se baseia na ideia de que as crianças aprendem a ler identificando e pronunciando cada sílaba das palavras. Nesse método, as crianças são ensinadas a reconhecer as sílabas e a associar cada uma delas a um som específico. A partir disso, elas aprendem a combinar as sílabas para formar palavras e, conseqüentemente, desenvolvem suas habilidades de leitura. Já o segundo, prossegue o autor, é baseado no ensino das relações entre as letras do alfabeto e os sons que elas representam. Nesse método, as crianças aprendem a associar cada letra a um som específico e, em seguida, a combinar esses sons para formar palavras.

De qualquer forma, a falta de referência a teorias pedagógicas e pesquisas educacionais sugere que a entrevistada pode não estar atualizada com os avanços no campo da alfabetização. Sua prática parece basear-se principalmente em intuições pessoais e experiências empíricas, em vez de em uma compreensão fundamentada dos princípios subjacentes ao processo de alfabetização.

Ainda assim, à certa altura da entrevista, a educadora A afirma:

Porque mesmo assim é nesse momento que eu acabo descobrindo, por exemplo, quem é que sabe. Que processo de escrita aqui ele está, sabe? Que, às vezes, aparece lá, sabe se é silábico, silábico com valor alfabético. E, às vezes, nesses momentos, às vezes, você trabalha tanto com o aluno que, às vezes, nesse... eu falo: Nossa! Eu não sabia. Que esse aluno tá assim?! Meu Deus, vou chamar ele aqui para mim, sabe? (Entrevistada A).

Neste ponto, é possível identificar uma referência bastante rudimentar às etapas do desenvolvimento da escrita da criança conforme, Ferreiro (2003) que já se apontou acima na seção do referencial teórico.

Para concluir, sua abordagem para promover a oralidade dos alunos parece limitada, focando principalmente em fazer os alunos se expressarem verbalmente, em vez de proporcionar-lhes experiências significativas de leitura e escrita no contexto de suas vidas cotidianas. Isso sugere uma falta de compreensão da importância do letramento e da integração das práticas sociais da leitura e escrita na sala de aula.

A entrevistada B, por sua vez, não é muito diferente da entrevistada A no que tange à capacidade de elaboração conceitual ou de reflexividade acerca do próprio trabalho.

Primeiramente, foi possível observar dificuldades na conceituação do próprio método de alfabetização. A entrevista revela que a educadora B tem dificuldades em articular e conceituar claramente o método de alfabetização que empregam. Isso indica uma possível lacuna na formação teórica e na reflexão sobre a prática pedagógica.

A educadora B, então, destacou a importância de uma espécie de avaliação diagnóstica para o seu trabalho:

É partindo do que ela já conhece, né? A gente primeiro faz uma diagnose do que ela já sabe. Do que ela já traz. Porque elas trazem muita coisa, não é? Algumas até já trazem a própria leitura. Aí, a gente vai é mais formalizar, né? Trazer mais para o contexto da sala de aula. E fazendo essa interação daqueles que já trazem uma bagagem de leitura e de escrita com aqueles que ainda vem, vamos usar o termo assim: “zerado”, né? No sentido da alfabetização. Não do conhecimento, porque quando a gente fala em alfabetização, não é só o ler escrever, tem a questão da oralidade, né? Tem crianças que não ler, ainda mais que tem

uma boa oralidade, que tenha uma boa observação, uma boa percepção. É, e claro que isso tudo a gente leva em consideração, né? (Entrevistada B).

Embora a entrevistada destacasse a importância da avaliação diagnóstica para identificar o nível de conhecimento prévio dos alunos em relação à leitura e escrita, não fica claro como essa avaliação é conduzida de forma sistemática e como suas conclusões são utilizadas no planejamento das atividades de ensino.

Um dos maiores problemas está, sem dúvida, na dificuldade da entrevistada em compreender o que é o letramento. Embora ela apresente uma ou outra informação a respeito do mesmo, afirma que nem sempre conseguem colocá-lo em prática de forma efetiva. Isso sugere a necessidade de uma maior compreensão teórica sobre o conceito de letramento e suas implicações para o ensino.

Fica evidente, então, a importância de uma formação adequada e contínua para os educadores, a fim de que possam aprimorar suas práticas pedagógicas e utilizar de forma efetiva a alfabetização e o letramento. Isso inclui não apenas conhecimentos teóricos, mas também habilidades práticas para planejar e implementar atividades de ensino significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, em um primeiro momento, fez-se uma sistematização do que são os Anos Iniciais e se resgatou algo do seu contexto histórico de formação. A seguir, avançou-se pela conceituação do construtivismo e sua relação com a alfabetização para, então, promover uma breve discussão acerca da alfabetização e do letramento.

Quando, então, fez-se a análise das entrevistas, percebeu-se que as duas educadoras têm dificuldades bastante grandes em sistematizar os conceitos básicos de alfabetização e letramento, bem como em definir seus métodos e maneiras pelas quais ensinam as crianças a lerem e a escreverem. Raramente fazem algumas menções, sempre rudimentares, a conceitos importantes de teóricos conhecidos, revelando o que parece ser certa deficiência em sua formação inicial ou, ainda, na continuada.

As educadoras, é certo, fazem seu trabalho e se esforçam para atingir o propósito que é o de alfabetizar e letrar os educandos. Todavia, isto não está em questão. O que preocupa é, justamente, a dificuldade em construir uma abordagem reflexiva do próprio trabalho. Se tivessem esta capacidade, certamente teriam mais facilidade e sucesso em atingir o objetivo de ensinar as crianças a lerem e escreverem.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. C.; AQUINO, M. A. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB - 2008 a 2012. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, p. 79-100, Número Especial 2012.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, C. R. **A história do menino que lia o mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

FERREIRO, E. **Os processos de leitura e escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 2011.

GROSSI, E. P. **Método fônico: uma proposta para a alfabetização**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o real, o possível, o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda., 2013.

MELLO, S. A. A apropriação da escrita como um instrumento cultural complexo. MENDONÇA, S. G. L.; MILLER, S. (orgs). **Vygotsky e a Escola Atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2006.

MORETO, V. S. **Construtivismo: a produção do conhecimento em sala de aula**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS, F. S. Alfabetização e Letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: uma revisão bibliográfica. SANTOS, F. S. *et al.* (org.) **Educação e práticas sociais**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023.

SILVA, L. C. R. COSTA, M. E. M. Alfabetização e letramento nos anos iniciais do fundamental: um caminho a ser trilhado. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia y multiculturalidad**, vol. 2, núm. 3, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5746/574660899015/html/> Acesso em 05 de mai. 2024.

SILVA, J. B. **O que dizem os professores sobre alfabetização e letramento numa perspectiva interdisciplinar**. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2023.

SILVEIRA, S. B. Uma perspectiva interacional em Linguística. **Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações**. VASCONCELOS, Z.; AUGUSTO, M. SHEPHERD, T. G. (orgs.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2006.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2013.

SOARES, D. V. **O processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental: contribuições do alfalettar**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2022.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.